

A EUROPA AO ESPELHO DE PORTUGAL

Manuel Sérgio (Universidade de Lisboa - Faculdade de Motricidade Humana
Assembleia da República)

Porque hoje rejeito, sem passividade nem repouso, qualquer ditadura, seja ela fascista, comunista, nacionalista, ou teocrática; enfim, de direita ou de esquerda – a minha crítica mordente ao capitalismo, travestido de “sociedade de mercado”, não significa adesão pacóvia ao reacionarismo, que se conhece, vigente em determinadas “democracias populares”, onde o povo vegeta intoxicado por uma inexorável disciplina, que o manipula e escraviza. Significa, sim, adesão sem superstições ao cristianismo interpretado pelo Papa Francisco (e que eu vislumbrava, com olhos deslumbrados, em Pierre Teilhard de Chardin, em Emmanuel Mounier e na Teologia da Libertação). José Eduardo Franco(JEF), um autor consagrado, já com sobejas provas e que, com admirável lógica, sempre acrescenta ideias às ideias -em livro de recente publicação, editado por Temas e Debates-Círculo de Leitores, apresenta-nos uma leitura da Europa que o Portugal culto foi fazendo ao longo dos anos e dos séculos. Daí, o título **A Europa Ao Espelho De Portugal**. Daí, as palavras de Carlos Fiolhais, o feliz e arguto prefaciador: “A ideia dos Estados Unidos da Europa, de que Victor Hugo falou, em 1849, no Congresso Internacional da Paz, e depois, em 1871, na Assembleia Nacional Francesa, pode ser mítica, mas está em boa parte consubstanciada na atual União Europeia. Sim, eu sei, todos sabemos, que esse conceito está cheio de contradições, que o **Brexit** poderá ser uma cisão irreparável na União, que a liderança política europeia é hoje muito débil, que os velhos nacionalismos espreitam por todo o lado, que a democracia liberal sobre a qual tem assentado a nossa governação corre sérios riscos. Seja como for, a Europa é a minha casa, a casa de todos os portugueses”. Daí, a Introdução do autor: “A União Europeia é, todavia, o projeto mais inovador enquanto bloco político do século XX. O seu sucesso seduz o mundo e recupera alguma dignidade aos desfazerem de uma Europa ambiciosa, orgulhosa e dominadora do passado”,

E, com uma erudição que atinge proporções inusitadas, José Eduardo Franco refere: “O que mais fascina no estudo sobre a Europa é o facto de estarmos a acompanhar a concretização de uma utopia tornada projeto político, cultural e económico depois da

última grande guerra, cujos protagonistas foram os chamados pais da Europa Robert Schuman, Jean Monnet, Konrad Adenauer, Alcide De Gasperi, Sicco Mansholt”. Todavia, “os problemas e as fragilidades que envolvem o projeto europeu em ato, que é uma espécie de processo revolucionário silencioso em curso através da concretização de uma velha utopia, passam pela não coincidência entre a utopia praticada e a utopia sonhada. Desta falta de coincidência brota a desilusão, o desengano e o descontentamento” (JEF. p. 21). E, salvo melhor opinião, desta desilusão, deste desengano, deste descontentamento brota um estado de crise. Ora, todas as crises implicam mudança, ou seja, os pilares essenciais das nossas mais fundas convicções começam a pôr-se em causa. E, assim, a vida parece perder sentido. Mas, uma crise humana radica numa crise de crenças, de grandes princípios e manifesta-se em duas vertentes, a intelectual e a afetiva: esta, inquieta-nos, desassossega-nos, pela falta daquelas “razões do coração”, que nos levam a uma irresistível adesão ao sonho e à transcendência; aquela, porque as firmes razões de ontem deixam de ser presente e projeto. E escasseiam assim os argumentos para corrigir as insuficiências da tecnociência, do naturalismo e estabelecer os fundamentos da liberdade e restituir à utopia os seus direitos de sempre. Mas “a utopia é irmã gêmea da distopia” (assim o diz José Eduardo Franco). De facto, a História da Europa, desde a filosofia grega, a “pax romana” e a mensagem judaico-cristã, passando pelos Descobrimentos, pelo Humanismo e pela adoração abstrata da Humanidade de Augusto Comte, até ao mundo hipermoderno, inseguro e destabilizado, individualista e consumista – são um rosário de utopias e distopias que se sucedem, se digladiam e, mais tarde se encontram numa síntese, onde a tese e antítese nela revivescem integrais e superadas.

Que foi a **Republica Christiana** senão uma utopia? “A **Republica Christiana** substituiu-se, em termos de bloco político, ao Império Romano, transfigurando o ideário de **pax romana** em **pax christiana**”. E onde “os pagãos e os gentios passam a estar para a Cristandade como os bárbaros estavam para o Império Romano” (JEF, p. 41). E a Renascença e o Humanismo o que foram senão uma utopia de renovação do espírito humano, em arguto diálogo com a Antiguidade? No domínio das ideias, Grécia e Roma foram então mestres absolutos. “É de notar que alguns Padres da Igreja, formados na leitura dos autores clássicos, nomeadamente Clemente de Alexandria, vissem no “milagre grego”, uma como iluminação natural de preparação do Evangelho, atribuindo aos filósofos pagãos uma missão quase profética” (Cerejeira, 1975, p. 46). Mas não foi também no século XVI que uma guerra

fratricida divide em duas (a Europa Católica e a Europa Protestante) a Cristandade? E que Galileu grafou que “o livro da Natureza está escrito em linguagem matemática”? E que Portugal, pelos Descobrimentos, deu “novos mundos ao mundo”? E que uma nova ciência nasceu instrumentada e matemática, longe, bem longe, do saber logoteórico medieval? E, mesmo no meio de guerras e de estremecimentos sócio-políticos, um friso de personalidades de exceção deslumbrou a Europa inteira, como Leonardo de Vinci, Copérnico, Kepler, Galileu, Giordano Bruno, Montaigne, Francisco Sanches, autor do célebre **Quodnihilscitur** (1581), um cético original, pois não duvida por duvidar, a sua dúvida resulta do facto de nada poder verdadeiramente saber-se. Ele mesmo o diz: “nada se sabe”. E, com Luís de Camões, “a ideia de um Portugal-parte-mais-excelente-da-Europa vai ecoar como raiz genealógica da literatura da identidade portuguesa do tempo da idade de ouro, mesmo depois da perda da independência” (JEF, p. 67).

José Eduardo Franco, de um labor científico fecundo, no estudo do jesuíta António Vieira (como outro não conheço em língua portuguesa) escreve: “o Padre António Vieira confere a Portugal uma natureza luminosa e uma função iluminadora para a Europa, de que Santo António, figura patrona de Vieira e protótipo da diáspora evangelizante pela Europa, é modelo. Precisamente no Sermão de Santo António, gizado em Roma (...) o Padre António Vieira estabelece a condição ontológica de Portugal e o seu papel na Europa e no mundo: ter ofício de luz (**lux mundi**) e ser tecelão da unidade perdida no seu continente, na velha Cristandade e até no mundo aberto aos olhos europeus (...). Para Vieira, a europeia nação portuguesa, desde a sua historiogénese, é enquadrada providencialmente e compreendida profeticamente na história universal, em perspetiva soteriológica de fundo bíblico (JEF, pp. 78/79). Todavia, quando o paradigma iluminista chega ao poder em Portugal, pelo sagaz e meticuloso Marquês de Pombal (1699-1782), o qual tomou a peito “acertar o passo de Portugal, pelos parâmetros do progresso da Europa dita iluminada” (JEF, p. 99), estavam na Europa, com cristalina clareza, as principais respostas às questões relativas ao futuro da humanidade. E, como Miguel Real o assinala, no seu livro **O Marquês de Pombal e a Cultura Europeia**: “imitar a Europa passa a ser, desde então, a suprema palavra de ordem coletiva portuguesa” (p. 10). E não só no tempo de Luís António Verney e do Marquês de Pombal, pois que na Monarquia Constitucional e na I República também eram os mesmos, “grosso modo”, os objetivos e afirmava-se também um inequívoco apreço pelo espírito das Luzes. O racionalismo do século XVIII era bem visível na pedagogia de António Verney, nas propostas políticas de D. Luís da Cunha e na laicização e secularização da reforma pombalina “que modernizou as

Faculdades de Teologia e de Jurisprudência Canônica e Civil, assim como a Faculdade de Medicina. Nesta última, impôs a obrigatoriedade do estudo da anatomia e a dissecação de cadáveres humanos, até então proibidos para efeitos de investigação do corpo humano”(JEF, p. 132). A Faculdade de Medicina passou também a dispor de um hospital escolar, com um teatro anatómico e um dispensário farmacêutico” (JEF, p. 133).

Para o estudioso italiano, Paolo Casino, com Voltaire e Rousseau, com Diderot e D’Alembert, o Iluminismo definia-se como “o uso laico da razão na busca filosófica e científica, até se tornar palavra de ordem de uma elite de intelectuais, que se sente investida em uma missão comum: promover o saber antimetafísico, fundado nos sucessos do saber experimental, banir os preconceitos e as superstições, fazer triunfar o espírito de tolerância, iluminar as consciências, difundir a educação e a cultura, em todos os estratos sociais, reformar as instituições, limitar a influência das igrejas sobre os Estados e sobre a educação” (in Domenico De Masi, *O Futuro Chegou*, Casa da Palavra Produção Editorial, Rio de Janeiro, 2014, p. 286). Hoje, o Iluminismo apresenta-se em conceitos (que devem fazer-se práxis) como a posse universal de direitos naturais e inalienáveis; nas liberdades de expressão, de reunião, de livre pensamento e pelo fim da escravidão; e passando pelo progresso, pelo racionalismo, pelo experimentalismo, pelo empirismo, pela laicidade, e chegando à teoria lockiana dos limites da soberania, à soberania do povo, à democracia e ao contrato social. O humanismo define-se em poucas palavras: a humanidade como fim. Neste momento, ocorre-me o “imperativo categórico” de Kant: “age de modo a tratar a humanidade, seja na tua pessoa, seja na pessoa de outrem, sempre como fim e nunca simplesmente como meio”. Permitam-me manifeste a minha admiração, o meu apreço pela **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, obra interdisciplinar, com 17 volumes, trabalhada com perícia e grande esclarecimento, editada pela vez primeira em 1751, por Diderot e d’Alembert. A **Enciclopédia** procurou ser um sumário do pensamento e das obras do Iluminismo. Em Portugal, por obra e graça do “iluminista” Marquês de Pombal, os discursos reformistas sobre o nosso país dos dois séculos seguintes “serão diametralmente marcados pelo diagnóstico pombalino de um país-cauda-da-Europa, que grita desesperadamente pela urgência da restauração” (JEF, pp. 139/140).

O Padre José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913) viveu um tempo de anúncio e progresso do positivismo e da mundividência anti-teológica e anti-metafísica que o distingue.. Portanto, com alguns pressupostos ideológicos que informavam o iluminismo. “A doutrina positivista e o movimento republicano tiveram, no final do século

XIX, em Portugal, um particular tempo de entendimento, conhecendo uma certa hegemonia cultural. Desde as perspetivas consideradas mais à direita, dos neo-garretianos e depois do Integralismo Lusitano, até à ligações entre as opções filosóficas e partidárias, o positivismo determinou fortemente a vida política e cultural do país” (Maria Celeste Natário, in AA.VV., *A Reacção contra o Positivismo e o Movimento da Renascença Portuguesa*, 2008, p. 91). O Padre Sena Freitas, orbitando em torno de uma procura incessante do conhecimento e da sua missão de sacerdote, para além do também necessário lazer, “tinha a viagem como prática assídua e apaixonada” (JEF, p. 142). Visitou o Próximo Oriente; “as terras calcorreadas pelas sandálias apostólicas dos primeiros mensageiros do cristianismo” (JEF, p. 151); passeia pela Grécia, com olhar apaixonado e sem esquecer o que aprendera nos seus estudos, claros e precisos, da Antiguidade Clássica; perceciona com nitidez, no âmbito das suas deambulações pela Europa, o progresso científico e a tolerância liberal, visíveis em Londres e o republicanismo iluminista implantado em Paris, se bem que o seu ideal se centrasse numa “republica christiana”; surpreendeu-o o catolicismo que informava a vida dos irlandeses e dos belgas e o asseio que espelhava o Norte da Europa – e, nos inúmeros lugares e jornadas, que registou com invulgar subtileza, não esquecia nunca o necessário cotejo com a situação cultural e sociopolítica do seu Portugal “desacelerado, em relação ao acompanhamento do progresso europeu” (p. 176). E em tudo encontrava instrumentos de reinvenção utópica...

Vai ser extensa, demasiado extensa, esta minha crítica? Peço desculpa e, como diria Vieira, acrescento: mas não tenho tempo, para fazê-la mais breve. No entanto, também não posso esconder que o Prof. José Eduardo Franco não se coibiu de valorizar o papel da maçonaria e de Magalhães Lima (grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, entre 1907 e 1928 e um dos mais universalistas e destacados maçons portugueses), na defesa dos grandes princípios proclamados pela Revolução Francesa. “Ele mesmo recordava com entusiasmo que a Revolução de 1789 teria aberto as portas para a nova Europa, que se ergueria paulatinamente, ao longo do século XIX liberal (...). Paladino apaixonado da ideia republicana, a sua militância política e cultural foi totalmente a um ideal de regeneração da humanidade, à luz de um ideal de Homem Novo e de Sociedade Nova, preconizado pela Maçonaria. O seu extraordinário universalismo inspirava-se na visão utópica da perfectibilidade da humanidade toda, a caminho de um estádio superior de progresso, na linha da doutrina positivista e cientificista que perfilhava” (JEF, pp. 187/188). De quanto precede se vê que não podia ser favorável ao conúbio trono-altar o

diagnóstico, realizado pela maçonaria e pela maioria dos intelectuais que lhe eram coevos, de um Portugal, em grande parte, conformado socialmente, culturalmente tradicionalista, religiosamente intolerante e politicamente manipulado. Depois, “as suas intensas viagens pelos países europeus eram orientadas por um programa de reabilitação da imagem e do lugar de Portugal, no Velho Continente, no qual o nosso país parecia cada vez mais deslocado para uma margem periférica (...). Magalhães Lima queria conhecer e experimentar as realizações mais avançadas, nos planos social, educativo e científico, para melhor poder retirar lições para as aplicar na sua pátria” (JEF, p. 189).

E, sempre numa perspectiva de idealização utópica, Magalhães Lima aludia à sedução da Inglaterra, onde qualquer pessoa podia impregnar-se de uma vida cívica e de uma ciência e até de uma tensão dialética, entre ciência e modernidade, que resultavam sempre, sem menoscabo das naturais fraquezas humanas, em desenvolvimento e progresso. Que valem, por isso, no mundo intimidativo da Antiguidade, os seus heróis, “que só pela força lograram distinguir-se, comparados com os heróis do nosso tempo, os verdadeiros heróis da civilização, os filósofos, os sábios, os jornalistas, os grandes inventores, um Victor Hugo, um Pasteur, um Curie, um Berthelot, um Edison” (JEF, p.193). Necessária se torna, portanto, “uma transformação espiritual de fundo” como a que se operou em França com o advento dos ideais da Revolução Francesa. E Magalhães Lima, sempre apaziguador e compreensivo, acrescenta: “Para quem compreende os sinais dos tempos, não são, decerto, os Estados Nacionais que representam as unidades económicas predominantes, nem são também as religiões que levam os homens a fraternizar uns com os outros: é a vida mundial, à qual está cada vez mais subordinado o trabalho de cada indivíduo, de cada Estado; é a ideia de humanidade harmónica, a ideia do internacionalismo, que se revela como o culto do futuro”. E José Eduardo Franco, um autor de obras caracterizadas, mais pela inquietação filosófica do que pelo fervor prosélito do cruzado, privilegia o que em Magalhães Lima é raro, principalmente no Portugal do seu tempo, ainda sob a prenhe influencia de um catolicismo ultramontano: “Estamos diante de um defensor avançado da globalização das relações entre os povos: das relações reguladas de trabalho e das relações económicas e culturais. Mas de uma globalização das atividades humanas que seja veículo, não da globalização da tirania do mais forte, mas da globalização da fraternidade, da tolerância, da paz e da concórdia” (JEF, p. 195).

A apologia das virtualidades do federalismo (pois que, a longo prazo, Magalhães Lima ansiava por uma Europa completamente federada); a defesa de uma federação ibérica e a união dos povos latinos, assentes nos fortes pilares da cultura latina; a

municipalidade, como “célula-base das comunidades nacionais federadas” – permitiam-lhe não só repensar Portugal “e a sua viabilidade como nação livre na recomposição das relações geoestratégicas globais”, mas também, como utopia, mundializante e pacifista, opositora, no mundo todo, de qualquer código ou prática de castas e classes. Salvo erro ou obliúvio, Magalhães Lima exprime, apresenta o que de melhor o Iluminismo deixou, no nosso país, e também (se me permitem a intromissão) um ideal pedagógico que, mais tarde, animaria toda a obra de António Sérgio que, afinal, nunca se considerou um filósofo. António Sérgio foi, como Magalhães Lima, um racionalista iluminista. Não resisto, neste passo, a lembrar a definição de cultura de António Sérgio: “Por cultura entende-se, em primeiro lugar, o conjunto formado pelo património científico, literário e artístico da humanidade. A cultura é, neste sentido, aquele conjunto de bens que representam, para a humanidade, o lado intelectual da evolução do homem, através dos séculos. Por cultura entende-se, em segundo lugar, o estado de desenvolvimento geral das artes, das letras, das ciências, do direito, da moral, etc., num dado momento histórico (...). Usa-se assim a cultura, como sinónimo de civilização. Por cultura entende-se, em terceiro lugar, não o conhecimento de noções fossilizadas nos livros ou a arte de fazer malabarismos com conceitos, mas uma certa relação inteligente e viva, com a realidade. O homem culto é aquele que adere à totalidade do real: compreende os factos políticos, como compreende as realizações artísticas; aprecia um quadro como aprecia um poema; é capaz de explicar um romancista, como é capaz de explicar um raciocínio” (in Pita, 1985, pp. 114/115). O lado intelectual da evolução do homem não existe sem a “percepção” que é fundamentalmente corpórea. Mas não sei se António Sérgio chegou a conhecer Merleau-Ponty!... E, depois de Magalhães-Lima, que muito contribuiu ao ruir de uma certa obstinação dos nacionalismos; depois da confirmação histórica das utopias por ele sonhadas – José Eduardo Franco não esqueceu dois grandes sedutores do ensaísmo, em Portugal: Manuel Antunes e Eduardo Lourenço. Aquele, que nunca propugnou um cristianismo des-estruturado, des-historicizado, des-politizado e manifestou um pensamento rigoroso e autónomo, fundido no bronze de uma realidade: a possibilidade de um Deus humano e de um homem divino. Este, um heterodoxo, “dominado pela inquietação da verdade, não pela sua posse”.

De Manuel Antunes, uma inteligência penetrante e de fervente ideal, começa por escrever José Eduardo Franco: “A reflexão antuniana sobre as questões da unidade e da diversidade europeias, assim como sobre a emergência do fenómeno da globalização, que

Manuel Antunes (1918-1985) prefere designar, mais frequentemente, com o termo “mundialização”, inscreve-se na tradição do mais genuíno e originário pensamento inaciano, em torno do universalismo que a Companhia de Jesus encarnou. Como jesuíta e na esteira dos melhores pensadores da Ordem de Santo Inácio, a visão de Manuel Antunes sobre a identidade da sua pátria, o destino do seu continente e as alterações do xadrez mundial está marcada por uma significativa abertura universalista”(JEF, p. 216) – “significativa abertura universalista” que Eduardo Lourenço bem assinalou, em entrevista concedida à **Brotéria** (vol. 161, 2005, p. 325). E que o facciosismo iluminista do Marquês de Pombal nunca soube reconhecer à Companhia de Jesus que, atrelada ao conservadorismo de Pio IX, também deu fartos motivos à cegueira ideológica do Marquês. A Igreja desconfiava da modernidade (onde nasceram o racionalismo, o positivismo, o materialismo, o agnosticismo)) e grande parte dos jesuítas, por obediência ao Vaticano, afundou-se também no tempestuoso mar de sinal contrário. Recordo, neste passo, o António Machado: “Tu Verdad? No, la Verdad, / y vem conmigo a buscarla. / La tuyaguárdatela”. A Razão, para Manuel Antunes, é por natureza comunicacional, exigindo a compreensão, a tolerância, o diálogo. O Ocidente tem-se esquecido que a Razão despontou e ampliou-se, no diálogo e na Cidade. Por isso, ” Manuel Antunes e a sua postura dialógica de abertura ao Outro e de acolhimento do diferente contribuíram fortemente para este desanuviamento da velha conflitualidade produzida por vários séculos de polémicas viscerais. Pôde, em particular, dar à Companhia de Jesus o reconhecimento maior, para além das fronteiras eclesiais, de ter sido uma parceira na construção da modernidade e de poder continuar a contribuir para a qualificação social do seu país, numa perspetiva de abertura aos outros povos” (JEF, p. 222).

Posso evocar, neste momento, a Prof^ª. Annabela Rita, diretora de licenciatura na Faculdade de Letras de Lisboa e Mestra que, sob a sua asa tutelar, muito venho aprendendo, “como explicou Gregory Bateson (**MindandNature**, 1987) o padrão mais elementar do pensamento é o relacional” (Annabela Rita, **Do que não existe – repensando o cânone literário**, Manufactura, Lisboa, 2018, p. 20). E a pergunta surge, com naturalidade: Mundialismo ou Etnocentrismo? Em detrimento de vários modelos, Manuel Antunes opta pelo “modelo leibniziano de uma pluralidade de mónadas (etnias, nações, Estados) abertas e dinâmicas, convergindo todas, para uma ordem e harmonia do mundo, em que o particular e o universal , em vez de rigorosa subordinação daquele a este, se implicassem numa autêntica coordenação” (JEF, p. 228). Logo em 1971, na **Brotéria** (vol. 93, 1971, p. 591) não esconde o espanto, perante a grandeza (que apetece

dizer: imensurável) da China: “O antigo Império do Meio volta a adquirir a verdade da sua designação ou autodesignação. A uma escala mais ampla e mais universal. O centro da gravidade do Globo está a deslocar-se de Oeste, para Leste (...). Declaradamente, Manuel Antunes mostra-se favorável a um projeto de unidade europeia que não seja só um mero concerto político entre nações, mas que vá mais longe, apontando como meta a edificação de uma nação europeia “ (p. 235). Diante desta ideia desaguaram oponentes sem conta, desde os Estados Unidos e a Rússia até aos tradicionalistas que apostavam numa Europa e num Mundo encantados. Anteriormente ao advento da ciência moderna (século XVII) o homem possuía de tudo o que o rodeava uma conceção “encantada”, governada por imperativos religiosos, míticos e místicos. O “desencantamento do mundo”, expressão amplamente utilizada por Max Weber, acontece quando o destino do nosso tempo se caracteriza pela racionalização e pela ausência de sonho, de magia e de poesia. “Para Weber, nenhuma ciência, nem todas as ciências reunidas, podem dar resposta às questões concernentes ao destino do homem” (Japiassu, 1996, p. 105). Há que ligar, portanto, a ciência à filosofia e à religião e criar novos conceitos filosóficos, com os quais se possa descrever a nova realidade política e pensar a nova ciência (onde a linguagem é nova também: quantum, gene, incerteza, paradigma, revolução científica, etc.).

Manuel Antunes foi um europeísta convicto. E, quanto a Portugal, “atualiza o sonho messiânico de paz universal que, de Vieira a Pessoa, passando por Natália Correia, foi encarnando no sonho do Quinto Império e no desejado protagonismo lusófono a possibilidade da sua realização. No entanto, Manuel Antunes reprojeta esta utopia não já num só país, isto é, no seu próprio país, mas atribui essa missão à Europa reunida, onde Portugal teria certamente de figurar como parceiro importante. Contudo, importa salvaguardar que Manuel Antunes não é um utopista ingénuo e delirante. Podemos defini-lo como um utopista moderado ou um utopista realista” (JEF, pp. 241/242). Demais, “Portugal abriu as portas do processo de unificação do Globo. Esta – que obra dos portugueses foi – fez de Portugal o pioneiro da Europa, na construção da maior e melhor experiência de universalidade de sempre” (JEF, p. 243). E José Eduardo Franco, um intelectual, dos grandes intelectuais portugueses do nosso tempo e, simultaneamente, o homem mais urbano e mais terra-a-terra que imaginar se pode – diz de Manuel Antunes o que é preciso não esquecer: as suas ideias, “lançadas para o papel na década de 60 e 70 do século XX, eram de facto das mais avançadas da sua época e continuam a ter uma atualidade que nos faz pensar e que certamente inspira uma leitura lúcida do complexo

estado hodierno da Europa e do mundo” (p. 250). Ocorre-me, por vezes, sempre que estudo o Padre Manuel Antunes, o Fritjof Capra dos livros, de que é autor, **O Ponto de Mutação** e **O Tao da Física** (a leitura de Fritjof Capra deixou, para sempre, a vibrar nos meus ouvidos, algumas frases de um sortilégio maravilhoso). Como esta: “Para compreendermos realmente um fenómeno qualquer, deveríamos conhecer todos os outros”. E, como isto é impossível, a necessidade da síntese ciência-religião. Aliás, o Fritjof Capra postula uma visão pós-cartesiana e pós-newtoniana da Física, onde as tradições místicas são reavivadas e até indispensáveis. Hilton Japiassu, personagem carismática da epistemologia, escreve: “A história das ciências fornece-nos exemplos de cientistas que fundaram seus trabalhos em concepções filosóficas, místicas ou espiritualistas” (Japiassu, op. cit., p.123).

José Eduardo Franco escreveu este livro e deixou nele, também impresso, uma grande seriedade intelectual, da primeira à última linha. E, porque sempre timbrou em honrar os laços fraternos que mantém e desenvolve com as figuras de maior relevo, na cultura portuguesa, a razão da presença de Eduardo Lourenço, entre os autores aqui estudados. Começa este capítulo com uma citação de Guilherme d’Oliveira Martins, mentalidade esclarecida, renovadora e imbuída de uma erudição cimeira no contexto lusitano: “Eduardo Lourenço surpreende-nos ao falar de uma Europa desencantada. A Europa era, de algum modo, vítima do seu próprio sucesso. Acabara a Guerra Feia, o império soviético desmorona-se e havia novas expectativas e novas perplexidades a ditarem a sua lei. A fragilidade europeia estava à vista, provindo quer da dificuldade interna de superar contradições antigas, quer de uma campanha externa persistente, no sentido de não deixar o Velho Continente ser aquilo que desejaria ser”. No entanto, é José Eduardo Franco a referi-lo: “a presença do tema Europa em Eduardo Lourenço é tão frequente quantitativamente e intensa qualitativamente que faz dele um dos maiores, senão o maior autor da cultura portuguesa, com mais produção de pensamento sobre a Europa. Eduardo Lourenço tem sido nas últimas décadas a voz europeia em Portugal e a voz de Portugal na Europa, enquanto voz cultural por excelência” (JEF, p. 252). Mas, continuemos com a análise (com chama criadora, sublinhe-se) do autor de **A Europa ao Espelho de Portugal**: “Em Eduardo Lourenço, podemos divisar duas grandes fases, no seu processo de reflexão sobre a Europa. Numa primeira fase, a Europa é pensada no decurso e como função de espelho do seu esforço de pensar e de repensar Portugal (...). Nesta etapa e nesta visão de diagnóstico de Portugal, pontificam, como emblemáticas, quatro obras que, dentro desta fase, também denunciam uma evolução no seu pensamento.

Heterodoxia I (1949) e **Heterodoxia II** (1967), **Labirinto da Saudade** (1978) e **Nós e a Europa ou as Duas Razões** (1988). Eduardo Lourenço apontou o excesso de imaginário mítico e de Passado que Portugal carrega sobre si (JEF, p. 253).

Anos depois, avulta uma segunda fase (...), especialmente depois da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, com obras de referência em que se destacam **L'Europe Introuvable** (1991), **A Europa Desencantada: Para uma mitologia europeia** (1994) e **A Morte de Colombo – Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito**(2005). Contudo, esta segunda fase a que poderíamos chamar pensamento autónomo sobre a Europa e sobre a sua identidade e deriva não implica o abandono do pensamento sobre Portugal, que de facto nunca suspende mas continua em paralelo ou de maneira correlacionada, em livros e textos diversos, sobressaindo **Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade** (1999) e **A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem de Lusofonia**(1999) (JEF, pp. 255/256). Para Eduardo Lourenço, a Europa funciona, em relação a Portugal, como meta utópica. No livro de José Mattoso, **A Identidade Nacional**, editado pela Gradiva, em 1998, na página 107, o que é hábito chamar-se o “perfil” do português demasiado lírico e saudoso e a sua “reduzida capacidade de planeamento, aliada à tendência para a improvisação” poderá alterar-se coma transformação das estruturas sócio-económicas (aliás, tese já defendida por Boaventura de Sousa Santos). Joaquim de Carvalho, no seu excelente opúsculo, **Compleição do Patriotismo Português**, salienta três componentes fundamentais, no patriotismo português: a constância multissecular, o substracto afectivo e a tendência saudosista (in Fr. João Ferreira, 1965, p. 149). Tenho diante de mim **Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa** (Quidnovi, 2008) da autoria de Miguel Real– um ensaio que, não sendo um trabalho (neste caso, excepcional trabalho) de índole académica, é uma lição e exemplo para tantas teses de doutoramento, que chegam a desacreditar a docência universitária, no nosso país. Mas também não é fácil, reconheço, encontrar uma inteligência superior, como a de Miguel Real!...

Mas, voltemos a Miguel Real: “face ao irrealismo que tem dominado toda a vida política, social e cultural portuguesa, a exigência ética e histórica da heterodoxia não pode continuar a ser senão, em 1960, a da “Verdade” e da “Liberdade”, tal como já o eram em 1949, em **Heterodoxia I**. Porém, se em 1949, a “Verdade” e a “Liberdade” eram tomadas como conceitos absolutos, fonte envenenada do Sistema e das Ortodoxias, elas surgem agora, em 1960, como espaço ontológico humano, totalmente humano, instaurado pela

fabulosa, próxima e distante Realidade” (Miguel Real, op. cit., p. 33). José Eduardo Franco, por seu turno, adianta que a ideia de Europa, em Eduardo Lourenço, “começa por inscrever-se originária e genealogicamente, na corrente inaugurada pela racionalidade iluminista, estabelecida em Portugal, nomeadamente a partir da segunda metade do século XVIII” (p.257), liderada pelo Marquês de Pombal. O liberal século XIX, a viragem para o século XX acentuam a corrente iluminista, a qual só o Estado Novo, sempre a coarctar a palavra liberdade nos textos fundantes do seu ideário e com uma antipatia insopitável pelas democracias europeias, tentou frontalmente erradicar. “Por isso, a consciência de pertença a uma Europa una deverá ser um trabalho de transformação e formação de mentalidade, um trabalho da ordem do mito e, como tudo o que implica transformar mentalidades, demora séculos” (JEF, p. 286). E porque a Europa continua “a viver-se como continente-Penélope”, pois que “no que a Europa (como ideal ou utopia) sempre tropeçou, foi em si mesma” (Lourenço, 2001, p. 237) – bem é uma utopia europeia que signifique “vitória da Europa sobre a Europa”. De facto, se não advogamos um progresso, como o postulava o Iluminismo, não desconhecemos também que o desenvolvimento passa por uma boa dose de crescimento e de racionalização.

A José Eduardo Franco admiro-o pela pureza dos princípios e porque, num período de franco desenvolvimento das neurociências, das ciências cognitivas, aqui e além informadas por uma evolução paralela da fenomenologia e, sobre o mais, em que cada um de nós é pensado menos como cidadão e mais como consumidor – não deixa de pensar e de agir, como homem culto, quero eu dizer: como homem livre e libertador. E, por isso, à Razão acrescenta a Fé, para que possamos ver mais alto e mais fundo e não confundamos qualidade com quantidade. E porque quem não procura a Verdade pode tornar-se cúmplice de toda a sorte de falsários! **A Europa ao Espelho de Portugal** é obra de um autor de indiscutível talento e cuja vida se pauta por grande seriedade. Trata-se portanto de um livro que deve auferir um lugar de eleição, no interesse dos homens cultos, mormente dos países de língua e expressão portuguesas. A nossa cultura tem em José Eduardo Franco um estudioso, próximo do sábio ou do profeta - um estudioso que nos diz: “A Europa é e torna-se cada vez mais o nosso grande paradoxo histórico: se foi e ainda parece ter de ser uma tábua de salvação, emblema do nosso progresso e do orgulho de fazermos parte de um clube de países herdeiros das Luzes acendidas, há três séculos, é também a nossa cruz e o nosso aguilhão, que nos oprimem e impedem de guiar livremente o nosso destino. E fazer as nossas escolhas. O tempo dirá quem falará mais alto!” (JEF. p. 283).

REFERÊNCIAS

AA.VV.. **A Reacção contra o Positivismo e o Movimento da Renascença Portuguesa**, Zéfiro, Universidade do Porto, 2008.

Brotéria, vol. 161, 2005.

Brotéria, vol. 93, 1971.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação. A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*, S. Paulo, Cultrix, 1999.

CAPRA, Fritjof. **O Tao da Física**, Lisboa, Editorial Presença, março de 2009.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **O Renascimento em Portugal-II** (Clenardo: O Humanismo, a Reforma). Coimbra Editora Limitada, 1975.

FERREIRA, João. *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965.

FRANCO, José Eduardo. **A Europa ao Espelho de Portugal**. Ideia(s) de Europa na cultura portuguesa. Lisboa, Círculo de Leitores, 2020.

JAPIASSU, Hilton. **A Crise da Razão e do Saber**. Objetivo, São Paulo, 1996.

LOURENÇO, Eduardo. **A Europa Desencantada**. Para uma mitologia europeia, Lisboa, Gradiva, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. **A Europa Desencantada**. Para uma mitologia europeia. Gradiva, Lisboa, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem de Lusofonia**. Lisboa, Gradiva, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. **Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade**. Lisboa, Gradiva, 1999.

MASI, Domenico De. **O Futuro Chegou**, Casa da Palavra Produção Editorial. Rio de Janeiro, 2014.

MATTOSO, José. **A Identidade Nacional**. editado pela Gradiva, em 1998.

PITA, António Pedro. **Uma Estética da Inteligibilidade**. Coimbra Editora, 1985.

REAL, Miguel. **Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa**. Vila Nova de Famalicão, Quidnovi, 2008.

REAL, Miguel. **O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa**. Vila Nova de Famalicão, Quidnovi, 2006.

RITA, Annabela. **Do que não existe – repensando o cânone literário**. Manufactura, Lisboa, 2018